



Esportes de competição de alto nível

Profa. MARIA LENK

Sob a nova presidência do Gen. Cesar Montagna, o Conselho Nacional de Desportos preocupado em conhecer de perto problemas que afligem o desporto brasileiro, está convidando desportistas estudiosos do assunto para exporem suas idéias, em forma de palestras, aos seus conselheiros.

A série de palestras foi iniciada no dia 7 de novembro de 1980 com a professora Maria Lenk, ex-conselheira do CND, ex-diretora da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, ex campeã mundial de natação e participante do Curso "Olimpismo nos Jogos Olímpicos" na Academia Internacional Olímpica em Olympia — Grécia em 1980.

Ao lançar-se a semente do esporte de competição internacional ao final do século XIX e início do século XX, ninguém podia prognosticar que 100 anos mais tarde ele representaria o mais estranho e, ao mesmo tempo, mais aceito fenômeno social de todos os tempos, ultrapassando em sua importância para a massa, qualquer outra manifestação cultural. Este gigantismo talvez seja o maior responsável pelas transformações radicais de seus ideais filosóficos originais.

Os pensamentos pedagógicos então apresentados pelo fundador dos Jogos Olímpicos Modernos, Pierre Coubertin. Desejavam encontrar no esporte um meio educacional para desenvolver aptidões físicas, morais e espirituais dos jovens de então, que ele via expostos à degradação frente às influências das mudanças da civilização que ingressara na era

tecnológica. O confronto desportivo de jovens dos diversos países deveria dar ensejo a melhor se conhecerem, estimando-se e respeitando-se mutuamente por esta forma de aproximação, transferindo estes sentimentos para um posicionamento futuro, quando, líderes em seus respectivos países, tivessem que representá-los em outras áreas, repudiando, inclusive, a guerra. O esporte seria, assim, um mensageiro de paz no mundo moderno.

Por isto o esporte deveria ser universal e indiscriminatório, portanto aberto à participação de jovens vindos de todos os países, sem discriminação de raça, religião ou convicções políticas. O programa olímpico deveria incluir todas as modalidades desportivas praticadas.

Para garantir esses princípios deveria ser, portanto, independente a ponto de ser livre de ajudas financeiras dos governos.

O órgão administrativo para a realização dos Jogos Olímpicos seria um Comitê Internacional, composto por homens de alto nível cultural e social — portanto de recursos financeiros próprios — escolhidos por eles mesmos entre os que se apresentavam no elenco da alta sociedade internacional, convictos das vantagens da prática dos esportes. Deveriam difundir a idéia do olimpismo em seus respectivos países, fundando Comitês Nacionais como representantes do Comitê Olímpico Internacional — e não vice-versa. O esporte seria praticado em associações — clubes — com o intuito de aprimorar as qualidades físicas, morais e espirituais dos respectivos praticantes, representando uma *ocupação recreativa* nas horas de lazer.

Jamais pensou-se, então, em transformar os encontros desportivos em espetáculos grandiosos onde o espectador estivesse presente em número cada vez maior. Ao notar esta tendência da massificação do torcedor que punha em risco o cavalheirismo e demais qualidades morais almejadas, face ao fanatismo nacionalista, Coubertin defendeu a restrição na construção de estádios com o lema: "menos espectadores e mais atletas".

Mas foi, precisamente, o aumento incontável do número de espectadores que desviou o esporte de competição de suas linhas mestras iniciais. Os meios de comunicação, seguindo sua característica de captar a clientela através de informações sensacionalistas, acentuava cada vez mais o "*Citius — Altius — Fortius*" em detrimento ao "O importante dos Jogos Olímpicos não é vencer e sim participar".

Eventualmente, os governos dos países participantes conscientizaram-se da importância das vitórias desportivas, principalmente nos Jogos Olímpicos. Para lá se concentrava a atenção do mundo; lá podiam ser apresentados, de forma inofensível e facilmente compreensível, a superioridade de uma nação, a eficiência de um sistema, a excelência de uma linha política. Valia, pois, apoiar o esporte, inclusive com auxílios financeiros e organização adequada. Por outro lado, o fenômeno "ESPORTE" começou a despertar a curiosidade científica principalmente na área das ciências da saúde, mas, ao invés de proteger o atleta, mantendo-o na trilha dos ideais pedagógicos de Coubertin, passou a fornecer conhecimentos que, aplicados, permitissem performances físicas cada vez mais surpreendentes e sensacionais, ainda que isto pudesse pôr em risco o bem estar do atleta. O preparo para as competições deixou de ser simples atividade física recreativa nas horas de lazer, para tomar a forma de treinamento rigoroso cada vez mais absorvente. Tomou aspectos de "trabalho" que custava sacrifícios de toda a ordem e que merecia uma recompensa material. Atingiu-se, assim, o problema do amadorismo. O COI procurou uma solução concreta sem encontrá-la, apesar dos inúmeros debates em suas reuniões. Não encontrando definições precisas, deixou a cargo dos comitês nacionais a classificação de "amador" e com isto a autorização, ou não, de participação de seus respectivos atletas nos Jogos Olímpicos. Com isso o intuito de auferir vantagens, pelos atletas de elite, tomou formas diferentes nos dois mundos políticos que hoje se defrontam; enquanto no mundo ocidental prevalece o apoio ao atleta por iniciativas particulares — bolsas de estudo ou empregos fictícios — os países socialistas passaram a adotar, de forma cada vez mais ostensiva, a promoção do talento que deve comprovar a excelência do sistema. Não se limitam a apelar para o patriotismo extremado e promover o reconhecimento público; oferecem, sobretudo, vantagens materiais que incluem a elevação do *status* social, dando-lhe, ainda, a segurança do futuro. Além disto há um trabalho planejado de longo prazo, onde se aplicam os conhecimentos científi-

cos, pedagógicos e técnicos cada vez mais acentuados, mercê dos quais se alcança performances sem precedentes.

Seria por demais exaustivo e longo entrar em detalhes neste tema. Não há dúvida, entretanto, que é preciso dispormos de uma estrutura adequada que planeja, cuidadosamente e a longo prazo, o preparo de nossos atletas, dando-lhes assistência metódica e permanente a fim de lhes permitir em igualdade de condições com este tipo de adversário.

ESPORTE DE COMPETIÇÃO

O desenvolvimento do esporte de competição no Brasil reflete com algum atraso, o histórico dos esportes de competição internacional.

Devemos a Arnaldo Guinle, em sua época figura de destaque da sociedade internacional e a J. Ferreira dos Santos, a fundação do Comitê Olímpico Brasileiro, em 20 de maio de 1935, integrantes que foram do Comitê Olímpico Internacional. Precursores foram a Confederação Brasileira de Desportos, fundada em 6 de dezembro de 1916 e suas filíadas, as federações de diversos Estados e modalidades desportivas, algumas de fundação anterior, como a Federação de Remo, todos englobando os clubes ou associações desportivas, instituições particulares sem nenhuma vinculação governamental.

Somente em 1941, pelo Decreto-Lei 3.199, instituiu-se no então Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos, "destinado a orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país" (art. 1º do referido Decreto-Lei).

Aproveitou-se o que já existia ao dar organização geral aos desportos pelo seu art. 9º — "A administração de cada ramo desportivo, ou de cada grupo de ramos desportivos reunidos por conveniência de ordem técnica ou financeira, far-se-á sob a alta superintendência do Conselho Nacional de Desportos, nos termos do presente Decreto-Lei, pelas confederações, federações, ligas e associações desportivas".

O conceito de "administração" dos desportos implicava, entre outros, o encargo de formar atletas, que cabia aos clubes ou associações desportivas. Aliás, este conceito prevalece até hoje no Brasil, confirmando, inclusive, pela Lei nº 6.251/75, onde fica explícito no art. 16:

"As associações desportivas ou clubes, entidades básicas da organização nacional de desportos comunitários, constituem os centros em que os desportos são ensinados e praticados."

A estrutura existente coloca, pois, as federações e confederações em posição de meros verificadores dos trabalhos realizados nos clubes, o que faz, organizando competições e campeonatos. É preciso salientar aqui, que organizar competições e campeonatos exige competência adminis-



trativa e conhecimentos técnicos específicos da respectiva modalidade desportiva e quem assiste a tais eventos mal pode avaliar o quanto solicita dos que se incumbem destas tarefas.

Acresce ao trabalho exaustivo a responsabilidade material e financeira dos dirigentes, já que os esportes amadoristas em geral não oferecem receita com entradas pagas. O mérito dos organizadores aumenta, considerando-se que ocupam cargos honorários, trabalhando, portanto, sem proveito material para si. Assim, de qualquer forma, ainda é ao clube que cabe fornecer o atleta; o clube descobre os talentos, treina-os e os faz competir.

Acontece que o clube é mantido, financeiramente, por seus associados e seus atletas de competição. Quando se é sócio de um clube é porque se deseja praticar esportes de recreação; então pode ocorrer que o esporte de competição seja encarado como um empecilho para se usufruir os direitos de sócio, como acontece, por exemplo, no uso de uma piscina vedada aos sócios quando reservada ao treino dos nadadores da equipe representativa do clube.

Há, também, necessidade de atuação de uma equipe profissional — professor, treinador, preparador físico, massagista, médico, etc. — de cuja competência depende o sucesso da equipe e cuja remuneração é bastante onerosa aos cofres do clube. O diretor do clube passa, então, a ocupar o papel de conciliador de interesses, justificando-se, portanto, sua preocupação de resultados desportivos imediatos, ainda que isto custe o amadurecimento lento e o desenvolvimento técnico a longo prazo de seus atletas. Por sinal esta ambição clubística imediatista é incentivada pelas normas, regulamentos e calendários que regem as competições, estabelecidas pelas federações e confederações. Mesmo assim torna-se cada vez mais difícil aumentar o número de clubes que se dedicam ao esporte de competição.

Dentro dos clubes apresenta-se o problema de arregimentação de atletas e sua motivação ao treinamento, este cada vez mais rigoroso e demorado, acompanhando a melhoria das performances dos atletas. Basta lembrar que hoje treina-se diariamente, por exemplo: em natação 18 quilômetros; em remo 30 quilômetros; em corridas de fundo 50 quilômetros; em ciclismo 10 quilômetros, etc. Este dispêndio extraordinário de energia requer, depois, tempo para repouso e alimentação especial que permitam a recuperação adequada para novos esforços. Surge, com isto, o problema de conciliação com os afazeres extra-atléticos do cotidiano.

Na medida que aumentam as pressões nos estudos e no trabalho, aumenta, também, o perigo do atleta achar necessário optar por uma das atividades. Os menores erros no trato do atleta, já tão vulnerável, podem conduzir à desistência do esporte. Aí perdem-se anos de esforço e sacrifício por toda uma comunidade lançados, até então, e que era apenas a base inicial para um trabalho posterior mais profícuo e de nível superior.

No caso do atleta optar pela permanência do desporto, surgem aspectos de ordem social que devem ser levados em consideração e que são os seguintes:

- a) o ingresso do atleta na idade adulta aumenta sua responsabilidade pessoal e, por conseguinte, suas necessidades econômicas o que conduz facilmente à "profissionalização" no desporto.
- b) aumenta, também, sua preocupação com o futuro, quando por decadência fisiológica, tenha que se afastar das competições.
- c) o risco cada vez maior de acidentes pelo próprio desporto e, portanto, a necessidade de garantias referentes a uma eventual hospitalização, tratamento e perda de vencimentos por falta de trabalho.

Isto conduz ao terreno da assistência social, praticamente inexistente para o atleta brasileiro, quando "amador", de vez que não temos instituição específica incumbida desse fim. Não há dúvida que as autoridades desportivas demonstram desejo de assistir ao atleta que se destaca nas pugnas desportivas onde representa as cores brasileiras; concedem-lhe bolsas de estudo, assistência médica e dentária e outras pequenas vantagens. Há o "adote um atleta" e até mesmo empregos fictícios. São atitudes elogiáveis mas de efeito restrito dada à ausência de regulamentação e segurança.

Sugestão — Criação de um órgão que garanta a assistência ao atleta amador de alto nível.

Ainda que não se recomende a cópia de modelos importados na solução de problemas brasileiros, apresentamos aqui a forma encontrada na República Federal da Alemanha *Deutsche Sporthilfe* (auxílio ao esporte alemão) e que contém idéias merecedoras de análise pelas seguintes razões:

- 1 -- Nossos atletas de alto nível encontram-se em situação análoga de seus colegas alemães por ocasião da fundação da "Deutsche Sporthilfe".
- 2 -- A solução dada surtiu efeitos positivos, pelo menos no concernente aos objetivos humanitários.
- 3 -- Seus resultados positivos estimularam imitadores como, por exemplo, a Suíça.
- 4 -- Sob certos aspectos de organização o desporto de competição de alto nível brasileiro assemelha-se ao desses países citados.

Eis o que informa o "*Deutscher Sportbund* (Confederação Alemã de Desportos) sobre a "*Deutsche Sporthilfe*": A *Deutsche Sporthilfe* é uma fundação sem fins lucrativos. Fundada em 1967 pelo *Deutscher Sportbund* -- Confederação Alemã de Desportos -- e *Deutsche Olympische Gesellschaft* -- Sociedade Olímpica Alemã -- não confundir com Comitê Olímpico Alemão, e serve, exclusivamente, ao apoio dos atletas alemães de alto nível, compensando-os pelos serviços prestados à sociedade, ao representá-la nos eventos internacionais desportivos.

- a) o Conselho, constituído por um grupo de personalidades da vida pública, dispostos a apoiarem os objetivos da fundação;
- b) uma diretoria composta por sete membros do conselho e quatro vindos dos desportos, sob a presidência de Dr. h.c. Josef Neckermann;
- c) a comissão de pareceres (com cinco membros dos desportos) e que dá os pareceres sobre a assistência a ser dada ao atleta.

Os pareceres sobre a assistência a ser dada ao atleta. Justificativa da assistência: a sociedade moderna espera hoje, de seus campeões que estejam "à sua disposição" a qualquer momento; ela identifica-se com os mesmos pelo prestígio que alcançam através de suas performances desportivas. Esta sociedade seria irresponsável se exigisse de seus ídolos, servirem de modelo à juventude à custa de sacrifícios de toda a ordem na extensão hoje alcançada, deixando-os entregues a si mesmos — ou a agentes inconscientes — na solução dos problemas sociais assim criados. Vale, pois, tornar possível a manutenção destes ídolos da juventude; a *Deutsche Sporthilfe* encontrou caminhos para a solução de seus problemas sociais de forma conciliatória com as regras amadoristas. Os auxílios prestados aos atletas são:

- a) em forma de indenização de despesas de transporte, material e equipamento, alimentação, medicação, tratamento fisioterápico e faltas ao trabalho motivadas pelas viagens às competições;
- b) assistência especial em casos excepcionais de inabilitação por acidentes (cita-se o caso do campeão de handbol Deckermann que ficou em estado de coma durante nove meses devido a uma queda durante um jogo internacional em que representava a Alemanha).

Nota: O seguro obrigatório por ocasião da inscrição garante ao praticante a hospitalização e tratamento em caso de acidentes durante a prática desportiva.

A *Deutsche Sporthilfe* assiste a cerca de três mil atletas que se distribuem pelas seguintes categorias nas várias modalidades desportivas:

- 1 — Classe A — atletas de nível internacional, integrantes das equipes representativas nacionais.
- 2 — Classe B — atletas com performances elevadas, ex-integrantes ou futuros membros da equipe nacional (reservas)
- 3 — Classe C — Jovens talentos (equipe de renovação) a caminho da inclusão na equipe nacional.

Seus gastos elevam-se a cerca de 10 mil marcos anuais e são obtidos nas seguintes fontes:

- 1 — Loteria especial divulgada (e sorteada) pela TV
- 2 — Venda de selos, moedas e discos comemorativos
- 3 — Festas sociais e beneficentes
- 4 — Doações.

O modelo brasileiro poderia estender suas atribuições com o seguinte:

- a) assistência ao estudante quando surgem dificuldades na conciliação dos compromissos estudantis e atléticos — por exemplo, faltas às aulas e provas por motivo de participação em eventos desportivos onde representa o País, recuperação no atraso dos estudos com o auxílio de tutores, etc. Note-se que para muitos destes problemas existem soluções legais à mão de dispositivos legais, geralmente, desconhecidos ou ignorados.
- b) assistência jurídica, quando necessária.
- c) controle científico — fisiologia do esforço, psicologia aplicada ao desporto, etc. — nos preparativos para a participação em eventos desportivos internacionais.

